

Educação: pacto da mediocridade

13 FEV 1993

CELSO BERNARDI JORNAL DE BRASÍLIA

Há diversas maneiras de um país demonstrar que despreza a idéia de futuro. A mais evidente é não priorizar a educação, é não investir na formação de recursos humanos.

O Brasil, a exemplo de qualquer país, só poderá se desenvolver a partir da educação do povo. Diante dessa verdade, cabe perguntar: como está a educação brasileira?

A educação é uma das vergonhas nacionais. O Brasil ostenta indicadores negativos que o colocam entre os países mais atrasados do mundo. Perdemos até para nossos primos pobres da América Latina. Face a essa reprovação no vestibular da dignidade e do futuro, uma outra pergunta se impõe: como a educação chegou a essa calamidade se, no discurso de todos os governos, ela é considerada a prioridade das prioridades? A resposta é simples: a prioridade de um governo não está no discurso, mas sim nos recursos. Em matéria de educação, a exemplo de outras áreas tais como saúde, agricultura, ciência e tecnologia, os governos têm falado muito e investido pouco. É preciso falar menos e investir mais.

Maior que a humilhação dessa realidade educacional tem sido a histórica falta de vontade política dos governos em enfrentar e resolver esse problema. Por outro lado, não há como deixar de reconhecer a resignação da sociedade brasileira com a péssima escola que temos.

Por que uma greve de lixeiros é de curta duração? É resolvida com rapidez pelo governo porque há coabrança da sociedade, ou por que fede? Por que as greves de professores duram meses e meses, com total indiferença do governo e da sociedade?

E os parlamentares? Basta que se faça um levantamento nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas e aqui no Congresso Nacional, para verificar o reduzidíssimo número de legisladores que estão empenhados, que se dedicam ao estudo da situação

caótica que vive a nossa educação e quantos se prestam ao debate na busca de soluções. O melhor exemplo é o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que tramita há mais de quatro anos na Câmara Federal e que, apesar da boa vontade e dos esforços de um grupo de deputados, tem encontrado enormes dificuldades para sua votação em plenário.

No Congresso faz-se lobby para tudo, menos para o futuro.

E os pais, como vêem a educação? Há os que entendem que suas responsabilidades educacionais terminam quando os filhos chegam às escolas. Para muitos, matriculados os filhos, o compromisso da educação passa a ser exclusivamente da escola. Outros são levados a confundir escola com assistência social.

E os professores? Reconhecidamente, são mal preparados e pessimamente remunerados. O professor está, como a grande maioria dos brasileiros, humilhado e pobre.

Essa indigência salarial e a falta de reconhecimento da importância de seu trabalho, produzem a desmotivação e a acomodação que resulta na baixa produtividade do processo ensino-aprendizagem.

Esse somatório de fatores adversos permeia nosso sistema escolar, em que há uma cegueira generalizada que começa no descaso do governo, passa pelo pouco interesse dos parlamentares, pela indiferença da sociedade e atinge o aluno, que tende a não exigir do professor e este a fazer pelo mais fácil, constituindo-se num verdadeiro pacto de mediocridade ou de não-agressão, em que todos convivem numa boa, sem avaliar os insucessos e as conseqüências. O círculo vicioso está criado: por certo, não somos todos culpados por essa triste realidade, mas todos somos responsáveis pela busca de soluções.

■ Celso Bernardi é presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto na Câmara dos Deputados